



Produção Industrial mantém-se abaixo de 2019

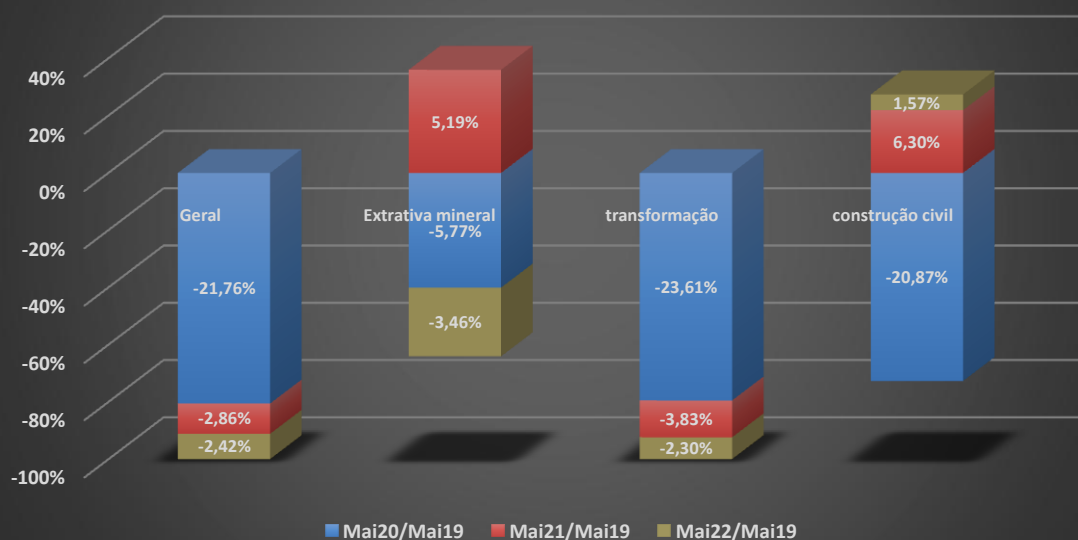
Quando comparada a maio de 2019 a produção da indústria, seja geral ou de transformação, encontra-se abaixo daquele patamar desde o início da COVID19 no Brasil. As exceções são a indústria extrativa mineral em maio de 2021 e construção civil em maio de 2021 e 2022, conforme gráfico nº 1. Tais dados exibem a dificuldade da indústria brasileira de sustentar um ritmo de retomada consistente. Isto fica claro no comportamento oscilante da indústria extrativa e de desaceleração do ritmo de crescimento da construção civil. Por categoria de uso final, até o momento o setor que vem apresentando um processo de retomada consistente é de bens de capital, encontrando-se em maio de 2022 11,15% acima do seu nível de produção em maio de 2019. Enquanto a produção de bens intermediário praticamente estagnou em relação a igual período de 2019. Todavia o crescimento de bens de capital pode não se sustentar em função da retração dos investimentos em função dos níveis elevados das taxas de juros e da maior instabilidade política e econômica doméstica e internacional.

No que tange a bens de consumo a situação da produção industrial em relação a maio de 2019 é bem mais delicada. Ou seja, em maio de 2022 o setor produtor de bens de consumo encontrava-se em um patamar 10,4% abaixo de sua produção em igual período em 2019, consumo duráveis - 25,7% e semiduráveis e não duráveis - 5,8%.

Apesar dos problemas associados aos choques de oferta provocados pela COVID19 e guerra entre a Rússia e Ucrânia sobre a produção industrial brasileira, a demanda da indústria continua ameaçada pelos seguintes fatores. A taxa de desemprego média mesmo em tendência decrescente de 10,8% associada a taxa de inflação acima de 11% tem puxado a renda das famílias para baixo. De acordo com o IBGE, em maio tal rendimento real se encontrava 7,7% abaixo do seu valor no início da Pandemia da COVID19 e - 6,8% na comparação com igual período em 2021.

Ainda não é possível estimar o impacto no aumento do Auxílio Brasil, de R\$ 400,00 para R\$ 600,00, do bolsa caminhoneiro de R\$ 1000,0 e do refresco esperado no ritmo de inflação sobre o consumo das famílias nos próximos meses. De todo modo, juros altos afetam diretamente a capacidade de consumo de bens duráveis das famílias e o custo de tomada de financiamentos às empresas. Em um contexto de alta alavancagem financeira das famílias o quadro pode se agravar e parte dos recursos usados para liquidar dívidas. Todavia, a mediana das expectativas do mercado financeiro é de crescimento da demanda das famílias, em grande medida em função dessas transferências, da ordem de 2%, caindo para 0,5% em 2023, o que tem levado a uma revisão para cima da taxa de crescimento do PIB brasileiro em 2022: 1,75%. Já o investimento deve fechar o ano com queda de 3,3% e ficar próximo a zero em 2023. A taxa de desemprego deve se manter em 10% este ano e no próximo. Quanto a produção industrial, o mercado estima taxas de crescimento de 0,2% e 0,3% neste e no próximo ano, ou seja, estagnação da produção industrial.

Gráfico nº 1 - Impacto da COVID19 nos índices de produção na indústria brasileira - maio/20/21/22 em relação a maio/19 - IBGE - Elaboração Núcleo de Pesquisa do IEL/FIEA



Mercado vê IPCA desacelerando até o final de 2022

O IPCA (acumulado em doze meses) de 11,9% de junho ficou acima do 11,7% de maio e abaixo do patamar atingindo em abril 12,1%. Sinais explícitos de desaceleração da inflação são dados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), a partir da diferença entre os títulos públicos pré-fixados e os corrigidos pelo IPCA, cujo índice implícito de inflação alcançou recentemente o patamar de 6% no vértice de 252 dias úteis, contra 6,4% há um mês, e pela mediana do mercado financeiro para a inflação esperada nos próximos doze meses, pesquisa FOCUS/BCB, em 5,1%.

A desaceleração esperada para o IPCA em 2022 tem que ser vista com cautela. Apesar da guerra entre Rússia e Ucrânia continuar provocando volatilidade nos preços das commodities e dos lockdowns na China continuarem pressionando os preços dos componentes eletrônicos, a redução do ICMS e dos preços dos combustíveis na refinaria pela Petrobras levou o mercado a esperar deflação em julho.

Por outro lado, os sinais dados pelo BCB de que as expectativas de inflação de 2023 e 2024 estão desancoradas tem levado o mercado a apostar na continuidade do ciclo de alta da Selic, com mais uma alta de 0,5% na reunião do Comitê de Política Monetária

(COPOM) de agosto atingindo 13,75% e talvez mais um aumento de 0,25% levando a taxa ao patamar de 14% ainda em 2022. A curva DI para janeiro de 2023 e 2024 projeta taxas de 13,95%a.a. e 13,86%a.a., respectivamente, sinalizando viés de alta para Selic.

O BCB continua precificando um aumento do risco fiscal, mas admite que a tendência da economia brasileira é desacelerar em virtude dos efeitos transitórios dos estímulos fiscais e dos efeitos crescentes sobre a economia da elevação dos juros praticada pela política monetária. Isto significa que apesar da desaceleração da inflação motivada por fatores transitórios, como o efeito redução do ICMS e dos preços pela Petrobras, a Selic continuará acima de dois dígitos. Caso a Selic atinja o patamar de 14% e supondo-se uma inflação esperada para os próximos dozes meses em 5%, a Selic real alcançará o percentual de 8,6%, o que inviabiliza projetos de investimentos no setor real da economia.

Em função desse contexto, continuamos sustentando que a continuidade do ciclo de alta da Selic é preocupante uma vez que esta política, mesmo com a defasagem dos efeitos na ponta para consumidores e empresas, tem se mostrado pouco eficaz para fazer frente a inflação provocada, em grande medida, por choques sucessivos de

oferta. Ademais, como admite o próprio BCB, a tendência da economia brasileira é continuar estagnada do ponto de vista de sua demanda interna.

Por sua vez, a aposta em uma possível recessão na economia do EUA, podendo se estender à zona do Euro, principalmente com o início do ciclo de alta dos juros pelo BCE, e da desaceleração na China que tem puxado para baixo as estimativas de crescimento da economia global, tenderá a pressionar para baixo os preços das commodities. A resiliência da inflação americana levou o Banco Central do EUA (FED) a acelerar o ritmo de alta dos juros para 0,75% na última reunião de junho, podendo chegar a uma alta de 1% na reunião de julho, não obstante a maioria do mercado apostar em mais uma alta de 0,75%, assim como iniciar o processo de diminuição dos seus ativos em papéis do setor privado.

Todos estes aspectos, domésticos e externos, apontam para a redução da inflação no período relevante da política monetária no Brasil em um contexto de demanda em trajetória descendente.

A produção Industrial Brasileira em Maio de 2022

A indústria brasileira em maio de 2022 registrou aumento de 0,3% na produção, no levantamento com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo mês em 2021 a produção industrial aumentou 0,5%, invertendo a dinâmica de retração exibida em abril quando recuou 0,5% (na mesma métrica). Na avaliação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (IEDI), “A indústria brasileira voltou a registrar variação positiva em mai/22. Foi o quarto mês seguido no azul, mas o problema da falta de robustez

permaneceu, de modo que esta sequência mal foi capaz de compensar o recuo da entrada do ano. O setor permanece, assim, aquém do pré-pandemia e acumula perda de -2,6% em jan-mai/22.”

Ainda segundo o IEDI, “Em mai/22, a utilização da capacidade instalada da indústria de transformação, de acordo com a série da FGV com ajustes sazonais, progrediu de 79,8% em abr/22 para 80,8%, ficando acima da média histórica anterior à Covid-19 (79,5%). Em jun/22 este indicador

creceu novamente, chegando a 81,4%. O indicador da CNI, também com ajuste sazonal, vem se mantendo em patamar muito semelhante desde jan/22, apontando para a relativa estagnação do setor. Em mai/22, ficou em 80,9%, pouco abaixo de abr/22 (81,0%)”.

Variações da Produção Industrial %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,3	0,5	-2,6	-1,9
Bens de capital	7,4	5,7	-1,1	10,4
Bens intermediários	-1,3	-0,9	-2,1	-1,7
Bens de consumo	0,2	1,3	-4,2	-5,7
Bens de consumo duráveis	3,0	-2,1	-14,1	-14,8
Semiduráveis e não duráveis	0,8	2,2	-1,5	-3,3
Extrativa Mineral	-5,6	-8,2	-2,8	-0,8
Transformação	0,8	1,6	-2,6	-2,1

Fonte: IBGE.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

PRESIDENTE

José Carlos Lyra de Andrade

1º VICE PRESIDENTE

José da Silva Nogueira Filho

DIRETOR EXECUTIVO

Walter Luiz Jucá Sá

GERENTE UNITEC

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

DIRETOR REGIONAL

José Carlos Lyra de Andrade

SUPERINTENDENTE

Helvio Braga Vilas Boas

COORDENADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA

Eliana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO

Núcleo de Inovação e Pesquisa IEL/AL

CONTATO: (82) 2121-3085

EQUIPETÉCNICA

Eliana Maria de Oliveira Sá

CONSULTORES

Luciana Peixoto Santa Rita

Reynaldo Rubens Ferreira Junior

ESTAGIÁRIOS

Caio Túlio Roberto de Melo Cavalcante

Pedro Monteiro de Oliveira

Juliana Alves de Melo

Alexandre Freire de Albuquerque Alves